

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL Nº 004/2013-TACA-
SEMMAS**

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL-TACA que entre si celebram a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS** e a empresa **WALTER REICHL FILHO-ME “CHAPÉU GOIANO”** (Processo Administrativo nº 2010/4933/6187/00463)

Pelo presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL- TACA, **WALTER REICHL FILHO-ME “CHAPÉU GOIANO”**, CNPJ 01.360956/0001-67, com sede à Rua João Câmara, nº 941, Conj. Novo Aleixo – Cidade Nova, Manaus, representada pelo Sr. **WALTER REICHL FILHO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 528.388.117-20, RG 2675945-4 SSP/AM, residente e domiciliado na Rua 14, nº 442-A, Conj. Castelo Branco – Parque 10, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO, OBRIGA-SE** perante a **AUTORIDADE AMBIENTAL** da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS**, sediada em Manaus na Rua Constelação Cruzeiro do Sul, nº 30- Aleixo, CGC/MF sob o nº. 07.854.190/0001-53, doravante denominada **COMPROMITENTE**, representada por sua Secretária, a Sra. **KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT**, brasileira, professora universitária, portadora da RG. 16313151 SSP/AM, e do C.P.F. nº. 001.201.787-61, conforme delegação de competência expressa no art. 46, III, do Decreto nº. 1.589, de 25/06/09, Gestora do Fundo Municipal para o Desenvolvimento e Meio Ambiente- **FMDMA**, conforme Capítulo XI, Art. 72 da Lei nº 605 de 24 de julho de 2001, sediada em Manaus na Av. André Araújo-1500, CEP 69.060-000, Aleixo, CNPJ sob o nº. 84.490.689/0001-70, a **ADOTAR** as medidas a seguir indicadas, com arrimo do disposto no art. 225, §3º, da Constituição Federal e art. 72 da Lei nº 605 de 24 de julho de 2001, observadas as cláusulas e condições seguintes:

SEMMAS
Processo nº <u> / / </u>
Folha nº <u> </u>



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA MITIGAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL – Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, o **COMPROMISSÁRIO**, obriga-se perante a **AUTORIDADE AMBIENTAL**, a adotar as medidas e condicionantes técnicas em relação a sua atividade e com potencial de impacto no meio ambiente, de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio, observando rigorosamente os prazos assinalados, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município. Este termo é firmado devido a ausência de licenciamento ambiental.

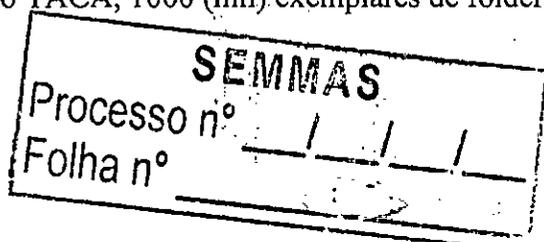
PARÁGRAFO ÚNICO: A qualquer momento este Termo poderá ser revisto, caso seja constatada alguma irregularidade ou haja o descumprimento de quaisquer normas impostas.

CLÁUSULA SEGUNDA – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias:

1. Laudo analítico dos Efluentes – ETE (entrada e saída) em conformidade com as Resoluções do CONAMA 375/2005, 397/2008 e 430/2011;
2. Documento de Propriedade do Imóvel indicativo dos direitos sucessórios de Joelma Gomes de Souza sobre o Espólio de Walmor José de Souza.
3. Projeto do Sistema de Tratamento de Efluentes com Memorial Descritivo;
4. Planta de Drenagem das Águas pluviais, aprovado pela SEMINF e com a respectiva ART.
5. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos gerados na atividade quanto aos certificados de destinação.
6. Projeto de Tratamento Acústico e respectivo memorial descritivo assinado pelo responsável técnico.

PARÁGRAFO ÚNICO: Outros documentos e providências poderão ser solicitados após a vistoria técnica a ser realizada pela SEMMAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – Como compensação ambiental por equivalência, deverá confeccionar e encaminhar a esta SEMMAS, no prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do TACA, 1000 (mil) exemplares de folders sobre o tema Arborização Urbana



da série Controle Ambiental, conforme especificações estabelecidas pela SEMMAS e conforme modelo anexo.

CLÁUSULA QUARTA - Durante o período excepcional, compreendido entre a data de assinatura deste termo e o efetivo cumprimento das obrigações assumidas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, o **COMPROMISSÁRIO** não ficará isento de cumprir as demais diretrizes fixadas pela legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes, nem se eximirá de cumprir determinações ou prestar informações ou esclarecimentos solicitados e exigidos pela **COMPROMITENTE** ou pelos demais órgãos e entidades competentes, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais e administrativas cabíveis, bem como a aplicação das multas a que se referem à Legislação Ambiental do Município.

CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento deste Termo implicará na remessa do (s) processo (s) administrativo (s) à Procuradoria Geral do Município - PGM, para a execução judicial das obrigações dela decorrentes, como título executivo extrajudicial, na forma do disposto no art. 585, II, do Código de Processo Civil, sem prejuízo das demais sanções administrativas aplicadas à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de vigência deste Termo é condicionado ao seu cumprimento integral, que não poderá ultrapassar o prazo estabelecido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, a contar da data da assinatura deste documento.

CLÁUSULA SÉTIMA - O foro do presente Termo é o desta cidade de Manaus, com a expressa renúncia do **COMPROMISSÁRIO** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA - Ficará às expensas a **COMPROMISSÁRIA** a imediata publicação deste Termo em 05 (cinco) dias, sob a forma de extrato no Diário Oficial do Município, fornecido pela SEMMAS.

CLÁUSULA NONA - O presente termo passa a fazer parte integrante do processo administrativo n. 2010/4933/6187/00463, devendo a partir da assinatura deste, ser providenciada pelo setor competente, a devida juntada ao processo citado.

SEMMAS	
Processo nº	____/____/____
Folha nº	____

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato sob a forma de TACA, referente ao processo em epígrafe tem o seu valor estipulado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para efeito de execução extrajudicial e/ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – A Diretoria Técnica Operacional fiscalizará o integral cumprimento deste TACA e ao final do período previsto na **CLÁUSULA SEGUNDA** realizará relatório circunstanciado, o qual identificará a execução total, ou parcial, em que neste caso notificará o **COMPROMISSÁRIO** para querendo justificar, inclusive, com possibilidade de aditar ou não o presente ajuste, precedida das considerações Técnicas do Departamento de Licenciamento com a provação da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (**COMPROMITENTE**), ficando, desde logo, suspenso qualquer procedimento à execução do referido TACA até que se tenha a resolução do mencionado relatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao final do período de que cuida a **CLÁUSULA DÉCIMA** a Diretoria Técnica Operacional encaminhará o (s) processo (s) acima referenciado (s) à Diretoria Jurídica da SEMMAS, com relatório circunstanciado, objetivando as providências necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O compromisso de ajustamento de conduta foi introduzido no nosso ordenamento jurídico através do Art. 211 da Lei nº 8.069/90 e do Art. 113 da Lei 8.078/90, que acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao Art. 5º da Lei nº 7.347/85. Este termo rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, especialmente a Lei nº. 9.605, de 12.02.1998, a Medida Provisória nº. 2.163-41, de 23.08.2001, o Art. 132, §§ 2º ao 6º, da Lei Municipal nº 605 de 02/07/2001 (Código Ambiental do Município de Manaus) e a Resolução nº 90, de 15 de setembro de 2006 do Conselho Municipal do Desenvolvimento e Meio Ambiente-**COMDEMA**.

B *M*

SEMMAS
Processo nº <u> / / / </u>
Folha nº <u> </u>

